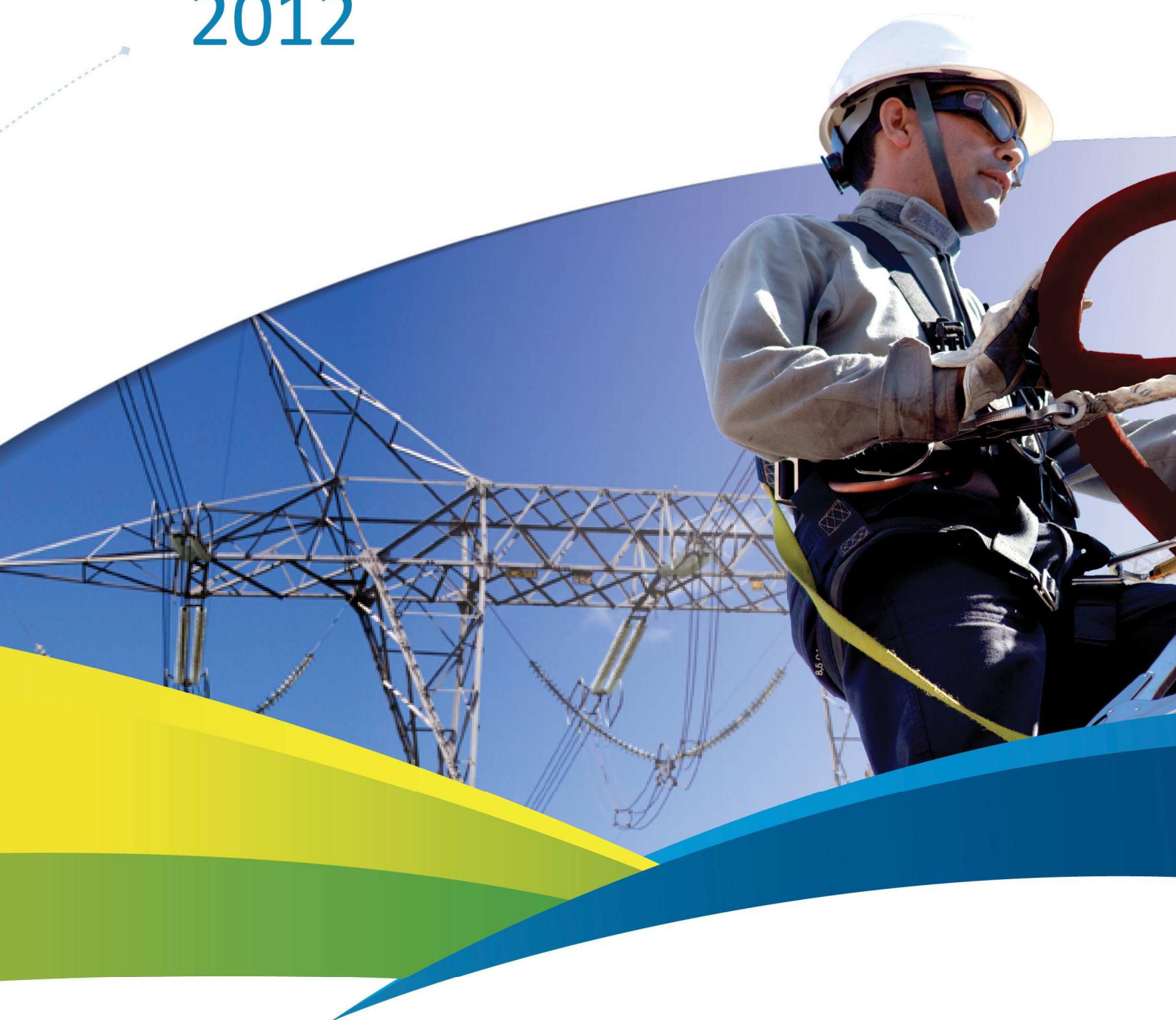


resultados
2012





CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DE 2012

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2013 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados de 2012. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- **Prorrogação do Contrato de Concessão 059/2001:** Em 04 de dezembro de 2012 foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com direito a prorrogação por mais 30 anos a contar de janeiro de 2013, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 515,6 milhões ao ano;
 - **Medida Provisória (MP) 579:** editada em 11 de setembro de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, dispõe sobre critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição, e sobre a redução dos encargos setoriais visando a modicidade tarifária;
 - **Portarias Interministeriais 579 e 580:** publicadas em 01 de novembro de 2012, pelo Ministério de Minas e Energia, definiram o valor da nova RAP para o novo ciclo de concessão do contrato 059/2001 no montante de R\$ 515,6 milhões. Também definiram os valores das reversões para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$ 2,9 bilhões referente aos ativos da CTEEP energizados posteriormente a Maio de 2000;
 - **Medida Provisória (MP) 591:** publicada em 30 de novembro de 2012, alterou pontos importantes da MP 579. A principal mudança foi o reconhecimento do governo federal de que as transmissoras possuem um saldo para reversão dos ativos anteriores a Maio de 2000, antes considerados totalmente amortizados;
- A **receita operacional líquida** atinge R\$ 2.819,0 milhões em 2012, redução de 2,8%, quando comparado ao mesmo período de 2011, quando registrou R\$ 2.900,8 milhões;
- **EBITDA** de R\$ 1.471,9 milhões em 2012, apresenta aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2011, quando alcançou R\$ 1.454,6 milhões;
- **Lucro Líquido** alcança R\$ 843,5 milhões em 2012, queda de 7,8% comparado a 2011, período em que registrou R\$ 915,3 milhões;

Principais Indicadores			
(R\$ mil)	2011	2012	Var % 2011/2012
Receita Líquida	2.900.805	2.818.988	-2,8%
EBITDA	1.454.562	1.471.932	1,2%
Margem EBITDA	50,1%	52,2%	2,1 p.p
Lucro Líquido	915.260	843.488	-7,8%
Margem Líquida	31,6%	29,9%	-1,7 p.p
Lucro por Ação	6,03	5,53	-7,8%



Sobre a CTEEP

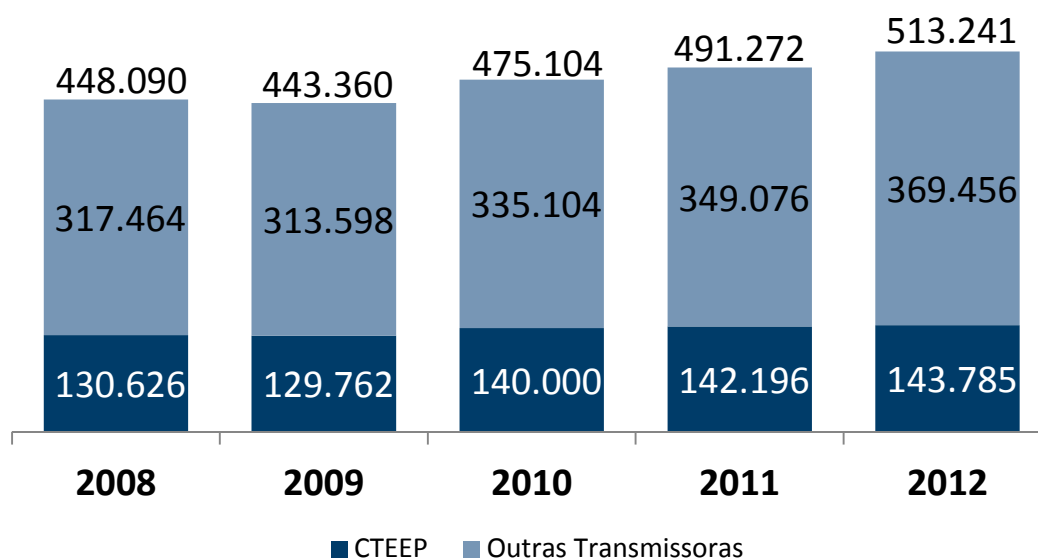
A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista é a maior concessionária privada do serviço de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de 28,0% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), PINHEIROS (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns) e na IEMADEIRA (Interligação Elétrica do Madeira); 50% na IESUL (Interligação Elétrica Sul) e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste). Além disso, em 2012, a CTEEP adquiriu 100% dos ativos da Evrecy, empresa de transmissão que pertencia à EDP Energias do Brasil S.A..

Em 2012, um total de 133.340 GWh de energia trafegaram pelo ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.723 km de linhas de transmissão, 18.794 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.221 MVA. Essa rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até os clientes livres e a rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2008 a 2012. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

GWh



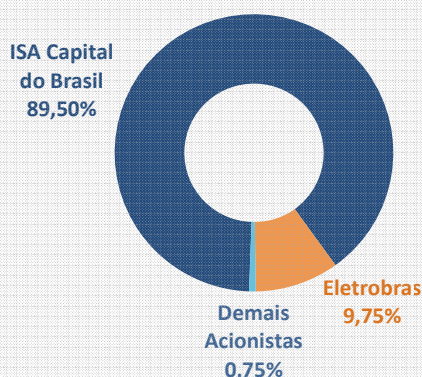


Composição Acionária

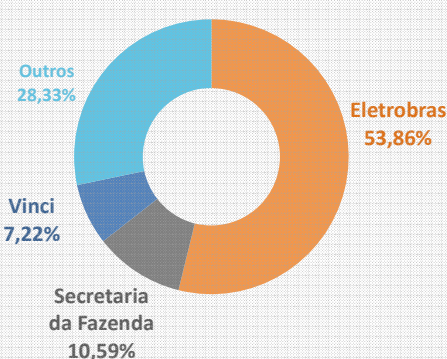
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobrás, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

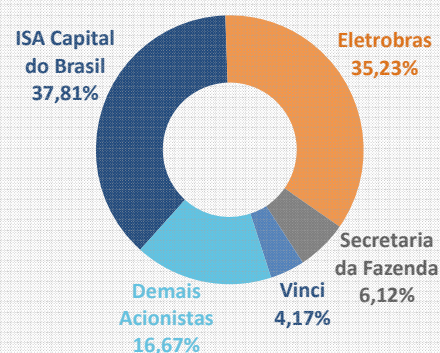
Ações Ordinárias - TRPL3
(42% do total)



Ações Preferenciais - TRPL4
(58% do total)



Capital Social Total

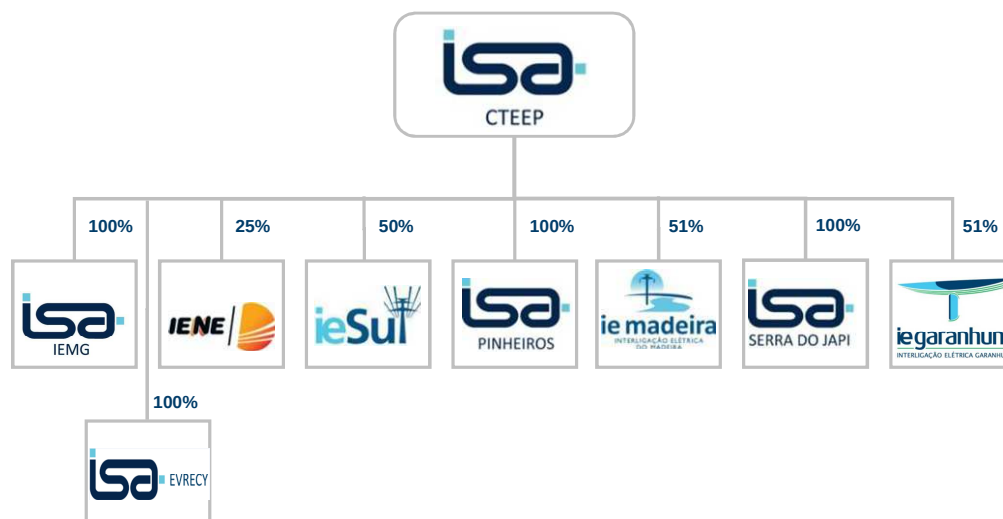


Estrutura Societária

A CTEEP é uma empresa que possui participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas e de suas controladas em conjunto (*joint venture*). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Abaixo são demonstradas as participações nas controladas em 31 de dezembro de 2012:





Desempenho Operacional

■ Excelência Operacional

O setor elétrico brasileiro conta com atendimento superior a 98% da população, opera sob o regime de concessão, autorização ou permissão do Estado. É um serviço altamente regulamentado para garantir a segurança do suprimento e modicidade tarifária para o consumidor.

O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

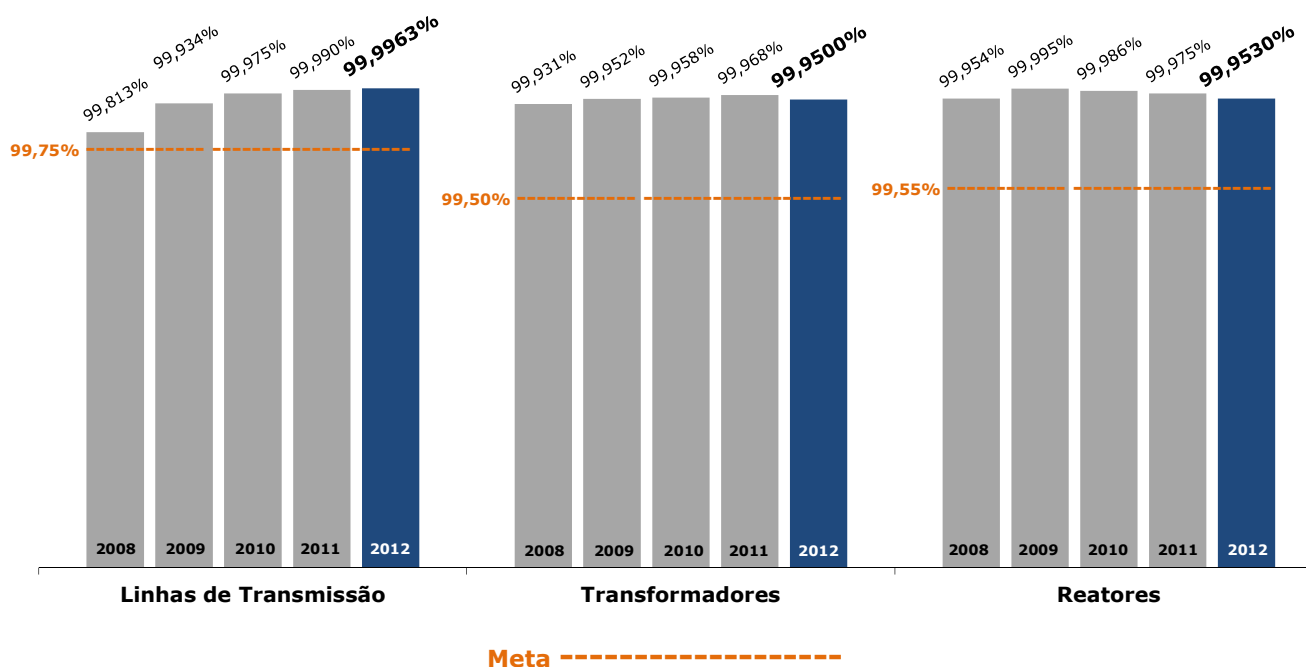
Conforme dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico, de outubro de 2012, publicado pelo Ministério de Minas e Energia, o serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias é feito no Brasil por meio da Rede Básica, formada por 106.718,80 quilômetros de linhas de transmissão. Essa extensão inclui rede básica, conexões de usinas, interligações internacionais e 550,6 quilômetros nos sistemas isolados. Até 2014 está prevista a implantação de mais 18.726,4 quilômetros em linhas de transmissão.

A CTEEP tem se preparado para esse cenário, realizando investimentos na manutenção e modernização de seus ativos, na busca contínua da excelência operacional, no desenvolvimento de projetos de inovação com base em pesquisa e desenvolvimento.

A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2008 a 2012:

Disponibilidade dos Ativos





Desempenho Econômico-Financeiro

Reconhecimento da Receita no IFRS

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 as concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção).

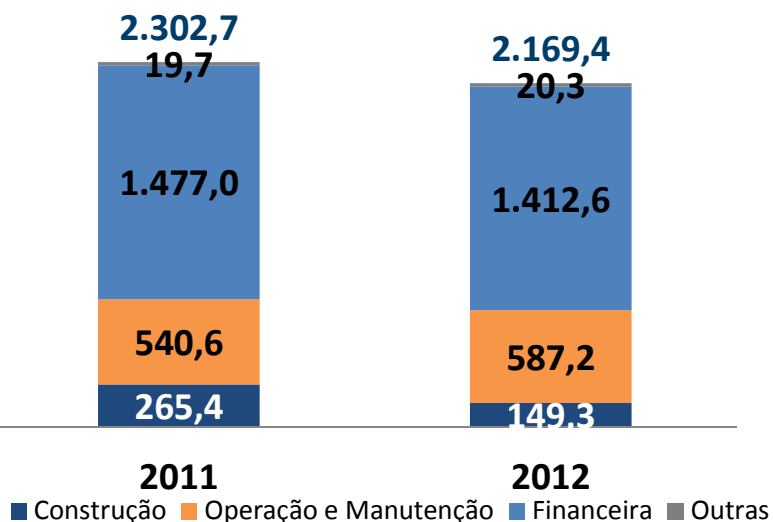
Receita Operacional Bruta

Em 2012, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 3.173,9 milhões, queda de 2,9% em relação a 2011 (R\$ 3.268,7 milhões), em decorrência, principalmente, da redução de 11,5% da receita de construção, impactada positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira e início das obras da IEGaranhuns e negativamente pela entrada em operação da subsidiária Serra do Japi no primeiro trimestre de 2012, pela entrada em operação da subsidiária Pinheiros no quarto trimestre de 2011 e também pela finalização de obras de reforços e novas conexões na Controladora.

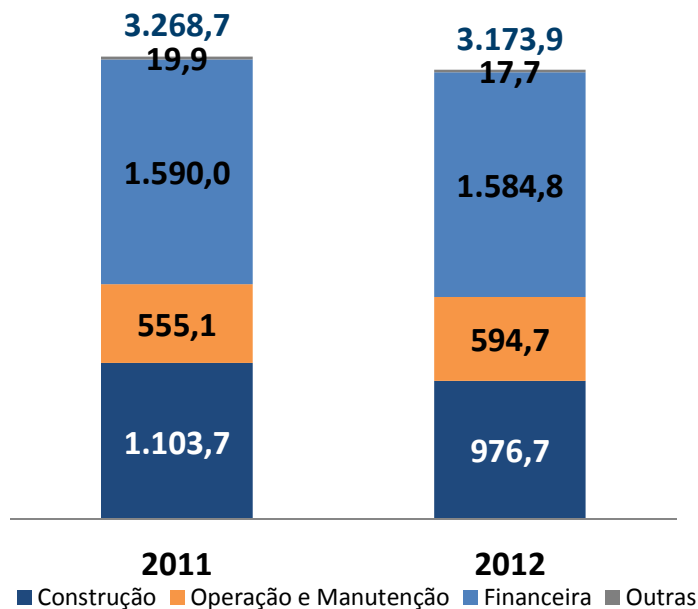
A entrada em operação da subsidiária, bem como dos reforços e novas conexões encerra o período de registro das receitas de construção e marca o início das entradas de receitas de operação e manutenção.

Controladora

(R\$ milhões)



Consolidado



Receitas de Serviços de Construção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

A Receita de Construção Consolidada totalizou R\$ 976,7 milhões em 2012, uma redução de 11,5% quando comparado a 2011 onde registrou R\$ 1.103,7 milhões. As Receitas de Construção foram impactadas positivamente pelo avanço das obras da IEMadeira e início da IEGaranhuns; e negativamente pela entrada em operação das subsidiárias Pinheiros (subestações Getulina, Mirassol e Piratininga II) e Serra do Japi, cujas obras foram concluídas no quarto trimestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012, respectivamente. Na controladora a construção de obras de reforço e ampliação são de menor valor em relação a 2011.



Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Operação e Manutenção Consolidadas totalizaram R\$ 594,7 milhões em 2012, comparadas com R\$ 555,1 milhões em 2011, aumento de 7,1%, decorrente da variação positiva do IGPM (4,26%) que ajustou a RAP do principal contrato de concessão da Controladora e da variação positiva do IPCA (4,98%) que corrigiu as RAPs das subsidiárias para o ciclo 2012/2013, bem como da entrada de receita de O&M para novos reforços energizados durante o ano.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa efetiva de juros aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida projetada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

O impacto do reajuste da RAP está relacionado com a Receita Financeira, uma vez que os recebimentos de caixa futuros deverão ser reajustados em virtude do novo valor estipulado pelo regulador (ANEEL). Dessa forma, o fluxo de caixa futuro é reajustado com o novo valor da RAP até o final do período de concessão e o novo valor presente desse fluxo reajustado servirá como base para a remuneração dos ativos financeiros (contas a receber)* para o próximo ciclo pela mesma taxa efetiva de juros.

Em 2012 as Receitas Financeiras Consolidadas somaram R\$ 1.584,8 milhões, permanecendo no mesmo patamar de 2011 quando atingiu R\$ 1.590,0 milhões, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para realização dos valores de construção e reversão.

(*) **Contas a receber (ativos de concessão)** é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão)	Controladora		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012
Contas a Receber de serviços de Construção (a)	3.397.605	301.784	5.306.300	3.102.150
Contas a Receber de serviços O&M (b)	240.810	260.325	244.160	269.222
Contas a Receber de Reversão (Sistema Existente - SE e Novos Investimentos - NI) - MP 579 (c)	-	5.975.426	-	5.975.426
Contas a Receber por reversão (d)	1.219.112	1.105	1.259.361	104.917
Provisão para Redução ao Valor de Custo (c)	-	(1.535.319)	-	(1.535.319)
TOTAL	4.857.527	5.003.321	6.809.821	7.916.396

OBS - Nas divulgações dos resultados até o terceiro trimestre de 2012, contemplavam na linha de Contas a Receber de Serviços de Construção(a) o valor do Contas a Receber de Construção e o de Reversão referentes ao SE e o NI.

- (a) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a



Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (c) Contas a receber MP 579 e 591 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:
 - A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949,1 milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O recebimento desse montante se dará 50% à vista e 50% parcelado mensalmente até 07 de julho de 2015. Em 18 de janeiro de 2013 foi recebido o montante de R\$ 1.544,1 milhões referente a 50% e em 18 de fevereiro de 2013 foi recebido a primeira parcela do saldo parcelado.
 - A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$ 3.026,3 milhões. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.
- (d) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência dos contratos de concessão.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

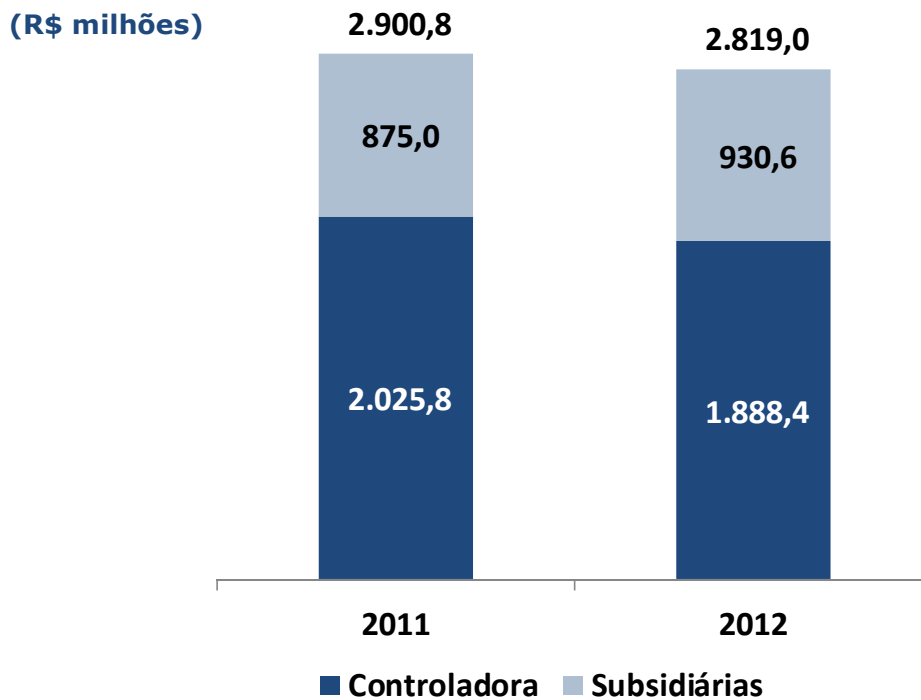
▪ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 354,9 milhões em 2012, redução de 3,5% comparados a R\$ 367,9 milhões em 2011, devido à redução de 14,7% dos tributos sobre a receita, decorrente, principalmente, da alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos das controladas IEMG e Serra do Japi pela mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido, combinado com o aumento de 15,6% dos encargos regulatórios CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), RGR (Reserva Global de Reversão) e PROINFA (Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica), provenientes do consumo dos consumidores livres.



■ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada de 2012 atingiu R\$ 2.819,0 milhões, queda de 2,8% em relação a 2011, quando reportou R\$ 2.900,8 milhões.



■ Custos dos Serviços de Construção e de Operação/Manutenção e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados, tiveram uma redução de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 1.438,7 milhões no exercício de 2012 frente aos R\$ 1.450,4 milhões em 2011.

A variação nos custos e despesas dos últimos 12 meses, é decorrente, substancialmente, (i) do acréscimo dos custos de pessoal, proveniente do dissídio coletivo de 6,0% concedido em Julho de 2012 atrelado ao aumento do quadro de pessoal; (ii) acréscimo dos custos e despesas com serviços e terceiros, decorrente do avanço das obras da controlada IEMadeira e na controladora a redução acompanha a variação da receita de construção; (iii) acréscimo das despesas de contingências que sofreram revisão da expectativa de perda de alguns processos e pelo ganho de processo trabalhista reconhecido em 2011, no montante de R\$ 27,6 milhões; (iv) combinado com a redução dos custos de materiais que acompanha a variação apresentada na receita de construção, refletida pela entrada em operação da controlada Serra do Japi, cujas obras foram concluídas durante o primeiro trimestre de 2012.

Dos custos demonstrados na tabela abaixo, os custos de construção da controladora totalizaram R\$ 135,5 milhões em 2012 e R\$ 240,8 milhões em 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$ 809,3 milhões em 2012 e R\$ 970,2 milhões em 2011. A respectiva receita de construção é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.



Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2011	2012	Var % 2011x2012	2011	2012	Var % 2011x2012
Pessoal	-204,2	-241,8	18,4%	-210,8	-253,8	20,4%
Material	-171,8	-157,5	-8,3%	-705,3	-549,5	-22,1%
Serviço de Terceiros	-264,3	-227,4	-14,0%	-467,8	-520,5	11,3%
Arrendamento e Aluguéis	-13,0	-14,6	12,2%	-13,2	-15,9	20,7%
Provisão para Contingências	-1,6	-44,3	2669,8%	-1,6	-44,3	2669,8%
Outros	-50,3	-49,2	-2,3%	-51,7	-54,6	5,6%
Total	-705,2	-734,8	4,2%	-1.450,4	-1.438,7	-0,8%

■ EBITDA e Margem EBITDA (de acordo com ICVM 527/2012)

A CVM publicou em 04 de outubro de 2012 a instrução nº 527, que orienta o cálculo e a divulgação do EBITDA. Segundo a instrução, o EBITDA deve ser acompanhado da conciliação dos valores constantes nas demonstrações contábeis referidas e deve ser composto pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

EBITDA - ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2011	2012	Var % 2011x2012	2011	2012	Var % 2011x2012
Lucro Líquido do Exercício	915,3	843,5	-7,8%	915,3	843,5	-7,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	273,2	339,8	24,4%	303,8	383,2	26,1%
Resultado Financeiro	159,0	123,8	-22,1%	200,5	211,4	5,4%
Depreciação e Amortização	34,9	33,8	-3,2%	34,9	33,8	-3,2%
EBITDA	1.382,3	1.340,8	-3,0%	1.454,6	1.471,9	1,2%
Margem EBITDA	68,2%	71,0%	2,8 p.p	50,1%	52,2%	2,10 p.p

A margem EBITDA consolidada foi de 52,2%, totalizando R\$ 1.471,9 milhões em 2012 um aumento de 1,2% frente ao mesmo período de 2011, quando o EBITDA atingiu R\$ 1.454,6 milhões.

■ Outras Receitas (despesas) operacionais – ex Amortização do Ágio

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, excluindo os efeitos da Amortização do Ágio de R\$ 28,8 milhões, atingiram receita de R\$ 86,7 milhões em 2012 comparada com despesa R\$ 2,0 milhões em 2011, decorrente, principalmente, do reconhecimento dos impactos da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, conforme Medidas Provisórias nº 579 e nº 591.

Outras receitas (despesas) líquidas (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2011	2012	Var % 2011x2012	2011	2012	Var % 2011x2012
Atualização VNR do contas a receber NI e SE (i)	-	4.444,5	-	-	4.444,5	-
Baixa do contas a receber de construção NI e SE (ii)	-	-2.724,6	-	-	-2.724,6	-
Constituição de provisão ao valor de custo - SE (iii)	-	-1.535,3	-	-	-1.535,3	-
Baixa dos valores em estoque de reposição de investimentos - NI e SE (iv)	-	-87,1	-	-	-87,1	-
Outros	-2,1	-13,4	538,1%	-2,0	-10,9	445,0%
Total	-2,1	84,1	-4104,8%	-	2,00	-4435,0%

- (i) Atualização à VNR do contas a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados, NI e SE, no montante de R\$ 4,4 bilhões.
- (ii) Baixa do contas a receber de construção referente a receita prevista até julho de 2015, término do contrato de concessão vigente anteriormente à MP 579/2012, no montante de R\$ 2,7 bilhões.
- (iii) Constituição de provisão para redução a valor de custo do investimento SE, no montante de R\$ 1,5 bilhões.
- (iv) Baixa dos valores em estoque de reposição de investimentos no valor de R\$ 87,1 milhões.

■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 211,4 milhões em 2012 apresentando um aumento de 5,4% frente ao exercício de 2011, quando registrou uma despesa de R\$ 200,5 milhões, devido a maior alavancagem financeira da Companhia, sendo que o saldo final dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 3.694,5 milhões em comparação a R\$ 2.771,4 milhões de 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente foram reconhecidas receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 57,8 milhões em 2012, referentes à atualização pelo IPCA + WACC (5,59%) do contas a receber por reversão, conforme Portaria Interministerial nº 580.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2011	2012	Var % 2011x2012	2011	2012	Var % 2011x2012
Rendimento de aplicação financeira	16,7	24,1	44,5%	25,6	29,9	16,9%
Receita de operação de Hedge (*)	22,6	7,3	-67,5%	26,5	8,5	-67,9%
Variações Monetárias (líquidas)	-	45,7	100,0%	-	45,7	100,0%
Despesa de variações cambiais	-29,8	-25,1	-15,7%	-29,8	-25,1	-15,7%
Juros e encargos sobre empréstimos	-176,7	-182,5	3,3%	-211,1	-272,1	28,9%
Outros	8,3	6,7	-19,2%	-11,7	1,6	-114,1%
Total	-158,9	-123,8	-22,1%	-200,5	-211,4	5,4%

(*) Inclui encargos sobre CCB Internacional e Comercial Paper.



■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 26,8% somando R\$ 383,2 milhões em 2012 contra R\$ 303,8 milhões ao final de 2011. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 31,2% em 2012, comparado com 24,9% em 2011, a variação decorre do menor aproveitamento do benefício fiscal proveniente ao pagamento dos juros sobre capital próprio em 2012 e da reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

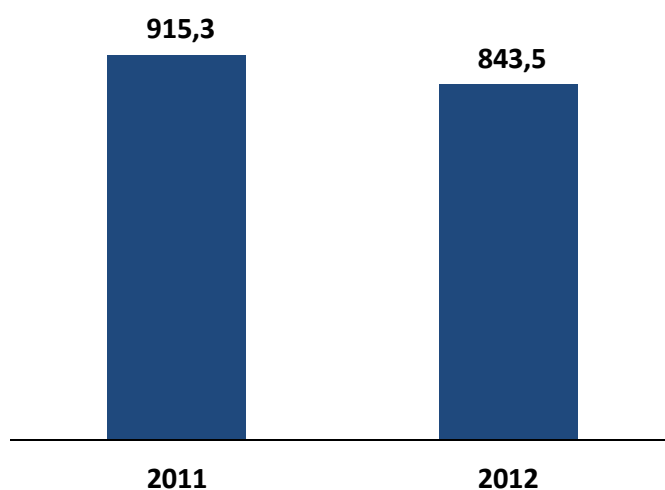
Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012
Lucro antes do IR e CSLL	1.188,4	1.183,2	1.219,1	1.226,7
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CSLL esperada	-404,1	-402,3	-414,5	-417,1
IR e CSLL sobre diferenças permanentes				
Juros sobre o Capital Próprio	86,3	43,4	86,3	43,4
Perda por baixa do imobilizado	-	-25,2	-	-25,2
Perda não dedutível	-	-12,2	-	-12,2
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	7,1	-	7,1	-
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do PL	19,0	19,0	19,0	19,0
Equivalência Patrimonial	19,6	33,4	-	-
Efeito adoção lucro presumido controladas	-	-	-	4,7
Outros	-1,1	4,2	-1,8	4,2
Despesa de IR e CSLL efetiva	-273,2	-339,8	-303,8	-383,2
IR e CSLL				
Corrente	-243,1	-326,7	-244,2	-328,4
Diferido	-30,0	-13,1	-59,6	-54,8
	-273,2	-339,8	-303,8	-383,2
Alíquota Efetiva	22,9%	28,7%	24,9%	31,2%



▪ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados anteriormente, o Lucro Líquido de 2012 totalizou R\$ 843,5 milhões, uma redução de 7,8% em relação a 2011 quando reportou R\$ 915,3 milhões. O lucro por ação, básico e diluído, no trimestre, atingiu R\$5,52.

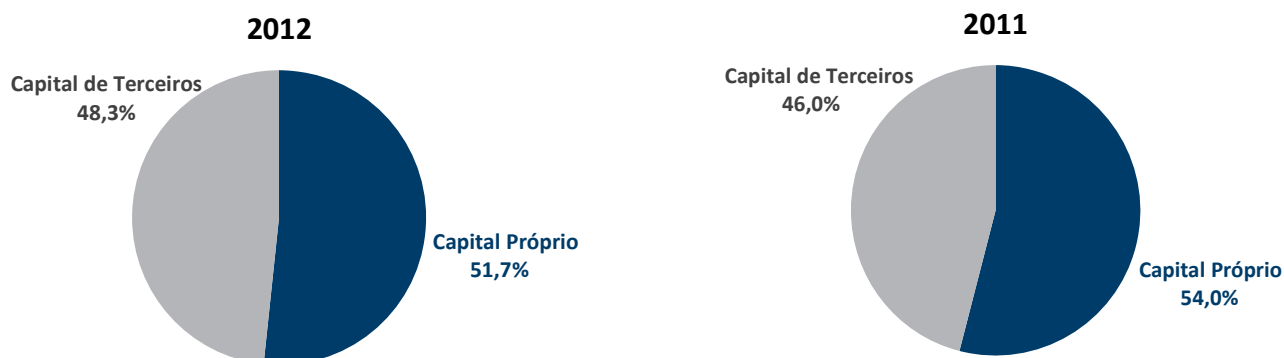
(R\$ milhões)





Estrutura de Capital

Composição da Estrutura



Composição do Endividamento

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2012 somou R\$ 3.694,5 milhões, um aumento de 33,3% em relação a 2011, principalmente em função da 6ª emissão de Notas Promissórias da controladora, ocorrida no primeiro trimestre de 2012, da 2ª emissão de debêntures da controladora, série única, que ocorreu em julho de 2012 e da 3ª emissão de Notas Promissórias do IEMadeira ocorrida em setembro de 2012.

Fontes	Encargos	Vencimentos	2011	2012
BNDES				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/06/2015	328.318	234.681
	TJLP + 1,8% ano	15/06/2015	196.251	140.798
Notas Promissórias				
5ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	05/07/2012	316.885	-
4ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	12/01/2012	223.048	-
6ª Emissão - CTEEP	104,9% CDI ano	05/01/2013	-	433.873
Debêntures				
1ª Série - CTEEP	CDI + 1,3% ano	15/12/2014	490.736	325.959
2ª Série - CTEEP	IPCA + 8,1% ano	15/12/2017	67.117	70.915
Série Única - CTEEP	105,5% do CDI ano	02/07/2014	-	726.476
Bancos				
CTEEP	USD + 4% ano *	26/04/2013	122.077	132.309
	USD + 2,1% ano **	21/10/2013	159.116	177.318
Eletrobras	8% ano	15/11/2021	391	340
Arrendamento Mercantil	-	-	619	5.048
TOTAL CTEEP:			1.904.558	2.247.717

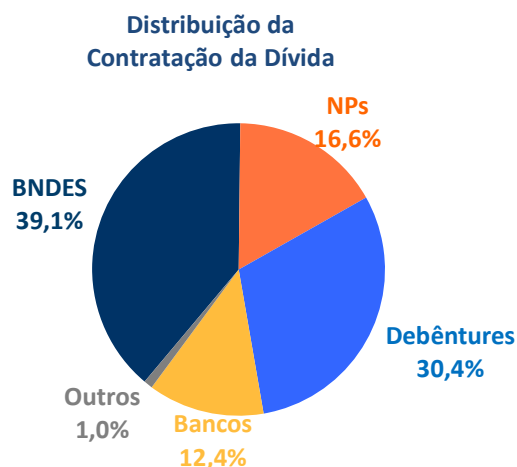
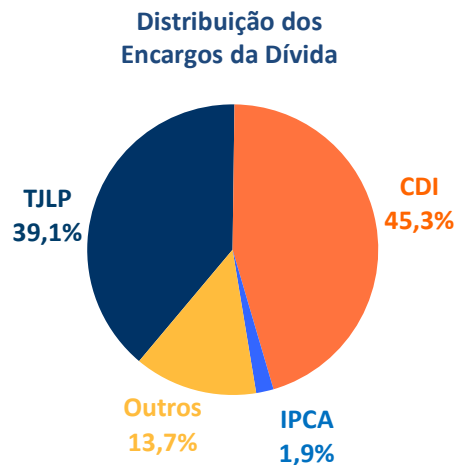


Fontes	Encargos	Vencimentos	2011	2012
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/2023	57.631	52.513
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/01/2013	229.947	-
	TJLP + 2,8% ano	15/01/2013	71.890	-
	TJLP + 2,4% ano	15/09/2029	-	616.723
	TJLP + 2,4% ano	15/02/2030	-	54.941
	2,5% ano	15/10/2022	-	114.491
IESUL	TJLP + 2,4% ano	15/05/2025	5.328	4.474
	5,5% a.a	15/01/2021	4.240	4.577
PINHEIROS	TJLP + 2,6% ano	15/05/2026	49.562	47.758
	5,5% a.a	15/01/2021	75.872	80.152
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/2026	48.282	49.801
	TJLP + 1,5% ano	15/05/2026	42.217	43.038
Notas Promissórias				
3ª Emissão - IEMadeira	106,5% do CDI ano	18/03/2013		181.012
Debêntures				
Série Única - IEMadeira	106,5% do CDI ano	15/09/2012	221.608	-
Série Única - IEGaranhuns	106,5% do CDI ano	30/04/2014		31.981
Bancos				
IEMadeira	10% a.a.	10/07/2032	-	104.838
IENNE	CDI + 2,0% ano	-	4.365	
	CDI + 1,4% a.a.	06/02/2013	-	5.649
	10% ano***	19/05/2030	55.898	54.818
TOTAL SUBSIDIÁRIAS			866.840	1.446.766
Total Consolidado (R\$ mil)			2.771.398	3.694.483

(*) Em abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, com a remuneração de variação cambial de dólar + 4% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação tem o vencimento final em abril de 2013.

(**) Em outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, com remuneração de variação cambial de dólar + 2,1% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan com o fator de correção a 98,3% do CDI. A operação tem o vencimento final em outubro de 2013.

(***) Em maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, com o bônus de adimplemento de 1,5% e o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

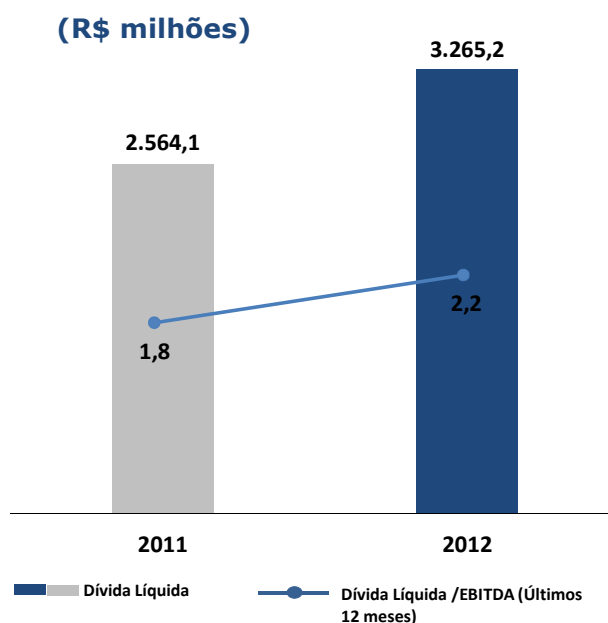


■ Composição da Dívida Líquida

Ao final de 2012, a **dívida líquida** consolidada era de R\$ 3.265,2 milhões, representando um aumento de 27,3 % em relação à dívida do 4T11. O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final do exercício de 2012, atingiu 63,9%.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012
Dívida Bruta	1.904,6	2.247,7	2.771,4	3.694,5
Curto Prazo	861,7	1.064,2	1.397,5	1.302,2
Longo Prazo	1.042,9	1.183,5	1.373,9	2.392,2
Disponibilidades	151,0	296,5	207,3	429,2
Caixa e Equivalentes de Caixa	151,0	296,5	207,3	429,2
Dívida Líquida	1.753,6	1.951,2	2.564,1	3.265,2

As obrigações financeiras contidas nos contratos de financiamento, exige que a Companhia atenda trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (covenants) medidos com base nas informações trimestrais e nas demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O principal covenant da Companhia é a razão entre a Dívida Líquida e o Ebitda, que deve ser igual ou inferior a 3,5.





Investimentos

Em 2012, os investimentos realizados pela CTEEP em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão-de-obra e em aportes nas subsidiárias totalizaram R\$ 952,2 milhões, uma redução de 14,5% quando comparado aos investimentos realizados em 2011, quando reportou R\$ 1.114,0 milhões.

■ Plano de Investimentos 2013

Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos 2013, a CTEEP e suas subsidiárias buscarão maximizar a eficiência de suas estruturas de capital com o apoio financeiro de diferentes fontes para garantir a realização dos investimentos.

(R\$ milhões)	2013
Próprio (A)	283,1
Reforços e Novas Conexões	174,2
Modernizações e Melhorias (PMT / PMIS)	86,3
Corporativo	9,7
Capitalização de Pessoal	12,9
Investimentos - Subsidiárias (B)	674,3
IEMG	3,0
IENNE	0,6
IEPinheiros	37,9
IESul	20,2
IEMadeira	343,3
Serra do Japi	2,3
IEGaranhuns	258,4
Evrecy	8,6
TOTAL (A+B)	957,4



■ Subsidiárias

Abaixo, destacamos as principais informações sobre as subsidiárias:

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP (milhões)	Investimento Estimado (milhões)	Financiamento Principal (milhões)	Vencimento do Contrato	% da CTEEP
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	R\$ 13,6	R\$ 149,9	R\$ 70,6	Abr/37	100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins Maranhão Piauí	Jan/11	R\$ 41,9	R\$ 565,6	R\$ 220,0	Mar/38	25%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	R\$ 25,1	R\$ 183,9	R\$ 93,3	Nov/39	100%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul Santa Catarina Paraná	(*)	R\$ 12,4	R\$ 193,6	R\$ 18,1	Out/38	50%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(**)	R\$ 35,0	R\$ 390,7	R\$ 119,9	Out/38	100%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo Mato Grosso / Goiás Minas Gerais	(***)	R\$ 403,8	R\$ 3.613,0	R\$ 1.669,0	Fev/39	51%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco Paraíba Alagoas	Jun/14	R\$ 68,9	R\$ 655,4	R\$ 180,0	Dez/41	51%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	R\$ 9,4	R\$ 63,1	R\$ -	Jul/25	100%

(*) **Lote F** - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 3º trimestre de 2013.

(**) **Lote H** - A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011.

Lote E - A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K - A subestação Atibaia II entrou em operação de 08 de janeiro de 2013. E a Subestação Itapeti possui previsão de entrada em operação para agosto de 2013.

(***) **Lote D** - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, possui previsão de entrada em operação para 2º trimestre 2013.

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW, possui previsão de entrada em operação para 3º trimestre 2013.



▪ **Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”)**

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A (“EDP”), para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92 e pela ANEEL em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução Autorizativa nº 3.788.

Em 21 de dezembro de 2012, foi celebrado o termo definitivo de fechamento.

A Companhia pagou à EDP pela aquisição o valor de R\$5,8 milhões a título de adiantamento em 28 de maio de 2012 e R\$57,3 milhões em 21 de dezembro de 2012. O pagamento realizado em 21 de dezembro de 2012 refere-se ao preço inicial deduzido do adiantamento, corrigido pela variação da taxa equivalente à taxa DI, calculado pro rata temporis, no período entre a data base até o último dia útil imediatamente anterior à data de fechamento.

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A receita anual prevista é de R\$9,8 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

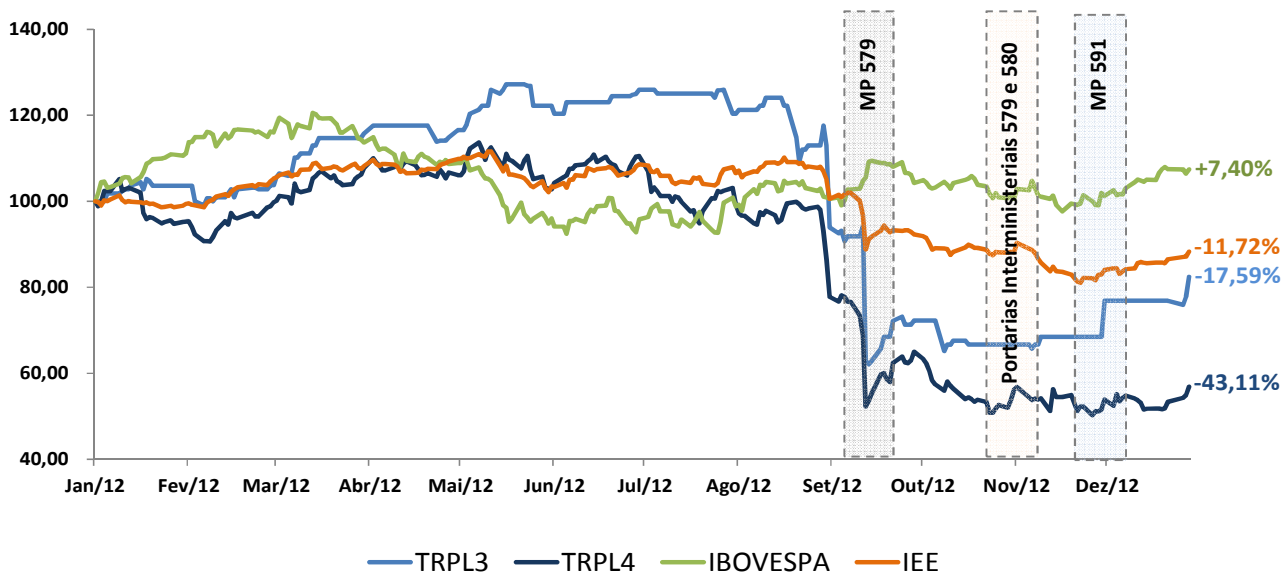
O custo de aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados a valor justo, sendo que o valor justo foi provisoriamente considerado pelos valores reconhecidos nos livros da adquirida.

O ágio provisório fundamentado na expectativa de rentabilidade futura é de R\$32.964 e representa a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial da adquirida. A determinação definitiva do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura serão definidas com base em laudo elaborado por consultoria independente.



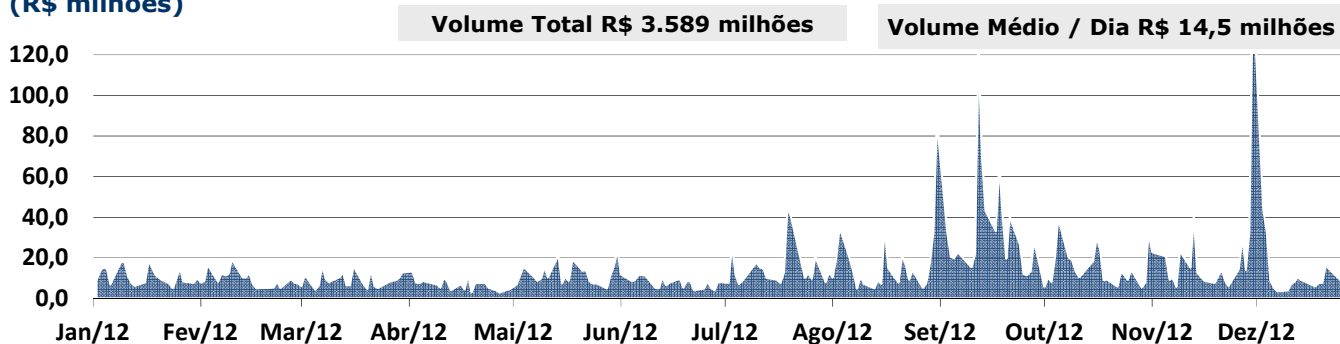
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 2012 cotadas a R\$ 44,50 e R\$ 32,99, respectivamente, o que representa uma variação de -17,59% e -43,11%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2011. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 7,40% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se 11,72%.



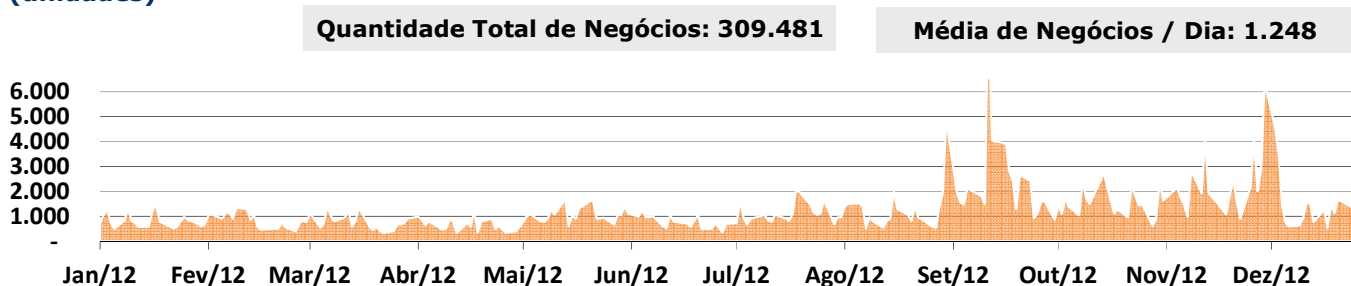
Ao longo de 2012, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 14,5 milhões, o volume total negociado no foi R\$ 3.589 milhões.

Volume Financeiro Negociado em 2012 (R\$ milhões)

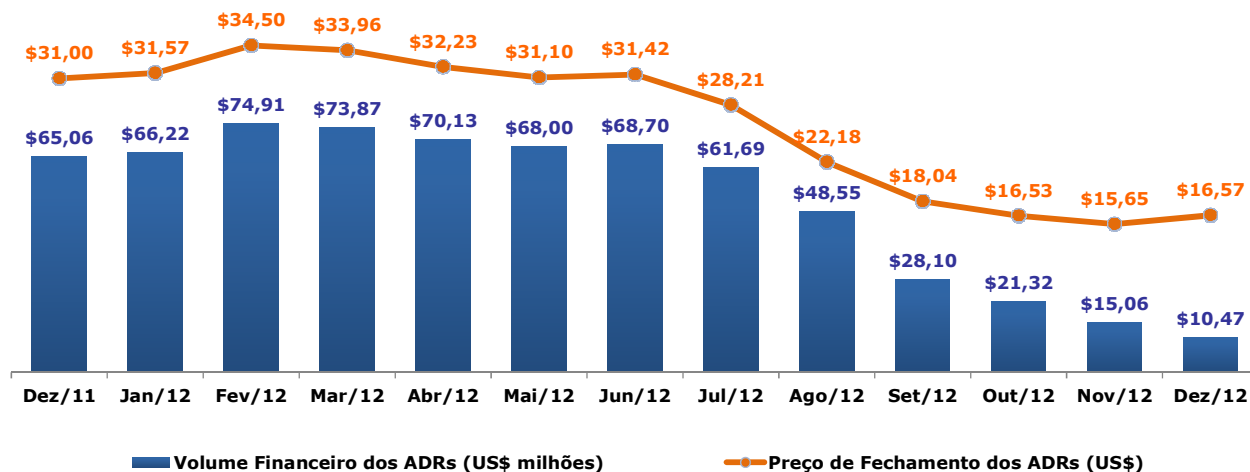


Com uma média diária de 1.248 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 309.481 negócios em 2012.

Quantidade de Negócios em 2012 (unidades)



A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 *Depositary Share* para cada 1 ação de ambas as espécies. No fechamento de 2012, os ADRs lastreados nas ações preferenciais (mais líquidas) desvalorizaram 46,55% e o volume financeiro referente a estes ADRs desvalorizou 83,91% em relação a dezembro de 2011, somando US\$ 10,47 milhões.



Eventos Subsequentes

■ Empréstimos e financiamentos

Em 07 de janeiro de 2013, a CTEEP liquidou a 6ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$400 milhões. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 479 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo de transação.

■ Controladas – IEPinheiros

A subestação Atibaia II (lote K) da controlada Pinheiros, entrou em operação em 08 de janeiro de 2013.

■ Lei nº 12.783/2013

Em 11 de janeiro de 2013 a MP 579/2012 foi revertida em Lei nº 12.783/2013.

■ “American Depositary Receipts – ADR’s”

Em 16 de janeiro de 2013 o programa de depósitos dos ADR’s da CTEEP em Nova York foi transferido para o Banco JPMorgan.

■ Contas a receber (ativo de concessão)

Em 18 de janeiro de 2013 foi recebida a primeira parcela atualizada, no montante de R\$ 1,5 bilhões referente a 50% de reversão do NI, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 580.



Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/03/12
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	151.021	296.486	203.918	311.124
Aplicações Financeiras	-	-	3.377	118.111
Contas a Receber	1.434.110	2.356.600	1.474.794	2.509.548
Estoques	50.044	47.125	50.052	48.814
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	14.906	-	14.906	-
Tributos e contribuições a recuperar	7.840	11.874	11.326	17.225
Despesas pagas antecipadamente	1.786	3.027	3.190	3.851
Outros	77.898	85.368	74.529	86.207
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	63.455	1.673	65.309
	1.737.605	2.863.935	1.837.765	3.160.189
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	3.423.417	2.646.721	5.335.027	5.406.848
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	810.750	986.486	810.750	986.486
Benefício Fiscal - ágio incorporado	119.079	90.247	119.079	90.247
Cauções e Depósitos Vinculados	61.886	74.690	61.886	74.699
Estoques	145.395	41.867	145.395	41.867
Outros	21.007	13.068	27.617	25.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	53.736	-	54.195	-
	4.635.270	3.853.079	6.553.949	6.625.413
Investimentos	883.515	1.258.200	-	-
Imobilizado	8.655	8.375	8.784	8.585
Intangível	8.946	10.974	8.998	42.388
	901.116	1.277.549	17.782	50.973
Total do Ativo	7.273.991	7.994.563	8.409.496	9.836.575



CONTROLADORA

CONSOLIDADO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/03/12
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	693.472	897.563	1.007.673	1.135.567
Debêntures	168.217	166.667	389.825	166.667
Fornecedores	48.781	53.373	83.056	86.966
Tributos e Encargos sociais a recolher	77.471	136.433	80.273	144.681
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.273	13.137	12.273	13.137
Parcelamento de ICMS	-	-	-	2.003
Encargos Regulatórios a recolher	27.497	38.535	28.824	40.982
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	232.156	6.340	232.156	6.340
Provisões	22.830	26.979	23.277	27.761
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.244	6.226	6.244	6.226
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.226	3.770	27.226	3.770
Outros	25.750	14.282	30.185	22.321
	1.341.917	1.363.305	1.921.012	1.656.421
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	653.233	226.804	984.264	1.403.585
Debêntures	389.636	956.683	389.636	988.664
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	145.236	142.318	145.236	142.318
PIS e COFINS diferidos	44.334	27.915	229.519	279.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.982	15.073	42.176	96.951
Encargos Regulatórios a recolher	32.334	39.337	32.334	39.468
Provisões	101.832	120.845	101.832	120.845
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Parcelamento ICMS	-	-	-	6.801
	1.392.640	1.553.028	1.949.050	3.101.924
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	1.162.626	1.162.626	1.162.626	1.162.626
Reservas de Capital	2.202.281	2.202.281	2.202.281	2.202.281
Reservas de Lucros	1.142.512	1.712.657	1.142.512	1.712.657
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-
Proposta de distribuição de dividendo adicional	31.349	-	31.349	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.539.434	5.078.230	4.539.434	5.078.230
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.273.991	7.994.563	8.409.496	9.836.575

■ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

(em milhares de reais)

	CONTROLADORA			COSOLIDADO		
	2011	2012	Var % 2011x2012	2011	2012	Var % 2011x2012
Receita Operacional Líquida	2.025.847	1.888.432	-6,8%	2.900.805	2.818.988	-2,8%
Custos dos serviços de operação	- 588.380	- 563.307	-4,3%	- 1.323.409	- 1.250.564	-5,5%
Resultado Bruto	1.437.467	1.325.125	-7,8%	1.577.396	1.568.424	-0,6%
(Despesas) receitas operacionais	- 90.089	- 18.090	-79,9%	- 157.772	- 130.296	-17,4%
Outras Despesas Gerais e Administrativas	- 116.805	- 171.460		- 127.017	- 188.163	
Outras Despesas Operacionais	- 30.878	- 4.399.644		- 30.755	- 4.399.644	
Outras Receitas Operacionais	-	4.454.953		-	4.457.511	
Resultado Equivalência	57.594	98.061		-	-	
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	1.347.378	1.307.035	-3,0%	1.419.624	1.438.128	1,3%
Resultado Financeiro	- 158.953	- 123.795	-22,1%	- 200.520	- 211.416	5,4%
Receitas Financeiras	117.161	164.278		134.320	176.565	
Despesas Financeiras	- 276.114	- 288.073		- 334.840	- 387.980	
Lucro operacional	1.188.425	1.183.240	-0,4%	1.219.104	1.226.712	0,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	- 273.165	- 339.752	24,4%	- 303.844	- 383.224	26,1%
Corrente	- 243.130	- 326.663		- 244.206	- 328.449	
Diferido	- 30.035	- 13.089		- 59.638	- 54.775	
Resultado Líquido das Operações Continuadas	915.260	843.488	-7,8%	915.260	843.488	-7,8%
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	6,0622	5,5252	-8,9%	6,0283	5,5252	-8,3%
Quantidade de Ações (unidades mil)	151.828	152.662		151.828	152.662	

■ Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2012	2011	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa Líquido Atividades Operacionais	774.712	835.550	(25.399)	186.301
Caixa Gerado nas Operações	1.161.429	1.588.761	1.353.979	1.870.924
Lucro Líquido	915.260	843.488	915.260	843.488
Depreciação e Amortização	6.116	4.973	6.138	5.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.035	13.089	59.638	54.775
Provisão para contingências	1.598	19.013	1.598	19.038
Valor residual de ativo permanente baixado	20	4.652	29	4.652
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	28.832	28.832	28.832
Perda na Variação Part. Controlada	28.490	-	28.490	-
Realização de perda em Controlada em conjunto	(2.445)	(2.442)	(2.445)	(2.437)
PIS e COFINS Diferidos	19.901	(16.419)	105.754	49.720
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e Equivalência Patrimonial	191.216	195.256	210.688	271.985
Efeitos reversão de ativos - SE pela prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001	(57.594)	(98.061)	-	-
Receita de Aplicação Financeira	-	596.375	-	596.375
	-	-	(3)	(504)
Variações nos Ativos e Passivos	(386.717)	(753.211)	(1.379.378)	(1.684.624)
Contas a receber	(216.432)	(742.169)	(1.145.961)	(1.679.708)
Estoques	33.592	106.447	33.584	104.766
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(121.589)	(160.830)	(121.589)	(160.830)
Tributos e contribuições compensáveis	1.940	(4.034)	122	(5.672)
Cauções e depósitos vinculados	(19.638)	(12.804)	(19.638)	(12.813)
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	(2.088)	-
Despesas pagas antecipadamente	-	(1.241)	-	-
Outros	(4.780)	(60)	(5.879)	(9.918)
Fornecedores	(75)	4.592	(8.335)	3.681
Tributos e encargos sociais a recolher	(10.259)	58.962	(8.519)	64.215
Encargos regulatórios a recolher	8.413	18.041	9.252	19.168
Provisões	(60.908)	4.149	(60.852)	4.359
Valores a pagar - Fundação Cesp	(259)	(18)	(259)	(18)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(9.592)	(12.779)	(9.592)	(12.779)
Parcelamento de ICMS	-	-	-	8.805
Outros	12.870	(11.467)	(39.624)	(7.879)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	(2.465)	(5.653)	(2.475)	(5.765)
Intangível	(2.284)	(5.720)	(2.336)	(37.082)
Investimentos	(321.181)	(273.658)	(15.283)	(32.520)
Aplicação Financeira	-	-	(3.374)	(114.230)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa da controlada	-	-	2.174	8.646
Resultado da controlada na aquisição	-	-	-	3.431
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(325.930)	(285.031)	(21.294)	(177.520)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos	834.830	1.104.416	1.554.266	2.615.795
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(267.661)	(973.675)	(453.374)	(1.981.575)
Dividendos pagos	(915.216)	(530.507)	(915.216)	(530.507)
Integralização de Capital	13.883	-	13.883	-
Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.931)	(5.288)	(3.931)	(5.288)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(338.095)	(405.054)	195.628	98.425
Variação de Caixa e Equivalentes				
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	110.687	145.465	148.935	107.206
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.334	151.021	54.983	203.918
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	151.021	296.486	203.918	311.124



Teleconferência e Webcast de Resultados

Dia: 26/02/2013

Hora: 10h00 (Brasília),
7h00am (NY)

Telefones para conexão:

Brasil: (+55 11) 4688 6361

USA: (+1 855) 281 6021

Other: (+1 786) 924 6977

Webcast:

www.cteep.com.br/ri

Relações com Investidores

www.cteep.com.br/ri

Reynaldo Passanezi Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
ri@cteep.com.br

Thiago Lopes da Silva

Gerente de Relações com Investidores
tlsilva@cteep.com.br
Tel: +55 11 3138-7557

Lúcia de Luiz Césari

Analista de Relações com Investidores
licesari@cteep.com.br
Tel: +55 11 3138-7557

Simone Ribeiro Paiva

Analista de Relações com Investidores
srpaiva@cteep.com.br
Tel: +55 11 3138-7520

Assessoria de Imprensa

Thaylise Nakamoto - CDI Comunicação Corporativa
thaylise@cdicom.com.br
Tel: +55 11 3817-7913